

EXAME NACIONAL DE ACESSO À ADVOCACIA 2022

Exame Escrito Virtual

Instruções para realização do Exame Escrito Virtual:

1. O EN-OAA terá início às 10H00 e terminará às 13H00.
2. Durante este período, os candidatos terão 120 minutos para fazer o exame, findo os quais o sistema fechará automaticamente, deixando de ser possível aceder à plataforma.
3. A duração da Prova Escrita será controlada por meio de um cronómetro virtual, encerrando-se a sessão do candidato quando for atingido o tempo limite da sua realização e salvando-se todas as questões respondidas.
4. A Prova Escrita é de carácter individual, devendo os candidatos abster-se de quaisquer práticas fraudulentas que ponham em causa a sua participação e desclassificação.
5. A Prova Escrita é constituída por questões com respostas de múltipla-escolha. Para cada uma das questões, são apresentadas até cinco (5) alternativas de resposta, ordenadas com as letras A, B, C, D e E ou com os números 1, 2, 3, 4 e 5, das quais apenas uma (1) é certa e ao candidato apenas será permitida a escolha de uma alternativa como resposta.
6. Para cada questão o tempo máximo de resposta é de dois (2) minutos, findos os quais o sistema passará automaticamente para questão subsequente, não permitindo retroceder à nenhuma das questões precedentes.
7. Finda a Prova Escrita, o candidato receberá automaticamente o resultado expresso em valores ou percentagem com a referência "reprovado" ou "admitido para a prova oral".
8. São admitidos à Prova Oral os candidatos que obtiverem uma classificação igual ou superior 10 valores ou 50% na prova escrita. |

GRUPO I

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

1.1. A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a:

- a) Soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e ...;
- b) Soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de funções e ...;
- c) Soberania do povo, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e ...

1.2. A organização do território para fins especiais, tais como económico, militares, estatísticos, ecológicos ou similares, são:

- a) Fixados por lei.
- b) Fixados na Constituição e por lei.
- c) Fixados por lei e regulamentos.

1.3. O Estado subordinaria-se à:

- a) Constituição e funda-se na legislação, devendo respeitar e fazer respeitar as leis.
- b) Constituição e funda-se na legalidade, devendo respeitar e fazer respeitar as leis.
- c) Constituição, a lei e funda-se na legalidade, devendo respeitar e fazer respeitar as leis.

1.4. Uma das tarefas fundamentais do Estado Angolano é:

- a) Assegurar a paz, a certeza e a segurança nacional.
- b) Promover a erradicação da pobreza.
- c) Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos na Constituição.

1.5. Não pode haver penas nem medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade com:

- a) Carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida.
- b) Carácter permanente ou de duração ilimitada ou indefinida.
- c) Carácter perpétuo ou de duração limitada ou indefinida.

1.6. As eleições gerais realizam-se preferencialmente:

- a) Durante a primeira quinzena do mês de Agosto do ano em que termina o mandato do Presidente...
- b) Durante a segunda quinzena do mês de Agosto do ano em que começa o mandato do Presidente...
- c) Durante a segunda quinzena do mês de Agosto do ano em que termina o mandato do Presidente...

1.7. Que período o Presidente da República em funções, não pode praticar actos que condicionem ou vinculem o exercício da actividade governativa por parte do presidente da República eleito:

- a) No período que decorre entre a convocação das eleições e a tomada de posse do Presidente da República eleito.
- b) No período que decorre entre a campanha eleitoral e a tomada de posse do Presidente da República eleito.
- c) No período que decorre entre a campanha eleitoral e a eleição do Presidente da República eleito.

1.8. O regime dos direitos, liberdades e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição impõe:

- a) A aplicação directa aos casos concretos e a vinculação de todas as entidades públicas e privadas.

- b) A aplicação directa aos casos concretos sem vinculação de todas as entidades públicas e privadas.
 c) A aplicação mediata e a vinculação de todas as entidades públicas e privadas.

1.9. O Conselho Superior da Magistratura Judicial é:

- a) O órgão superior de gestão e disciplina da Magistratura Judicial.
 b) O órgão superior de gestão, coordenação e disciplina da Magistratura Judicial.
 c) O órgão superior de gestão, fiscalização e disciplina da Magistratura Judicial.

1.10. A Administração Pública integra:

- a) Administração Directa do Estado, a Administração Autónoma e a Administração Independentes.
 b) Administração Directa e Indirecta do Estado, a Administração Periférica e a Administração Independentes
 c) Administração Directa e Indirecta do Estado, a Administração Autónoma e a Administração Independentes.

GRUPO II

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

2.1. Nos casos em que o Juiz se depara com ausência de um critério legal para a solução de um caso concreto, deve seguir, inicialmente, o seguinte procedimento metodológico: assinala a alternativa correcta:

- a) Recurso à extensão teleológica;
 b) Criação de uma norma *ad hoc* ;
 c) Recurso à analogia.

2.2. Diante de um caso regulado por duas normas jurídicas contraditórias, de igual hierarquia, natureza e cronologia, o Juiz deverá: assinala a resposta correcta :

- a) Julgar por equidade;
 b) Recorrer ao Direito Costumeiro;
 c) Declarar a existência de uma lacuna e resolvê-la.

2.3. Baldemiro vendeu a Mbuta, por escrito particular, a sua coleção de joias raras ?:

- a) O acto é nulo;
 b) O acto deve ser registado para se tornar válido;
 c) O acto é válido.

2.4. Capricio destruiu o telemóvel de Jéssica, intencionalmente. Quid iuris?

- a) Jéssica pode se apropriar do telemóvel de Capricio que esta em sua posse;
 b) Jéssica poderá intentar uma acção nos termos do art. 408.º do CC;
 c) Jéssica pode intentar uma acção de reivindicação nos termos do art. 1311.º do cc.

2.5. Neneco vendeu a Marcos, toda produção de tomate da sua quinta, tendo Marcos pago a totalidade do preço. Ficou convenionado que Neneno teria a opção de escolher se o objecto da venda incidiria sobre a produção de 2020 ou 2021. Quid iuris ?

- a) A obrigação é válida;
 b) A obrigação é inexistente;
 c) A obrigação é nula.

2.6. Godofredo celebrou com Dantas um contrato não previsto em nenhuma norma legal. Afito, depois de alertado por alguém que frequenta o 1.º ano do Curso de Direito, Dantas pretende saber a sua opinião:

- a) O Contrato é válido;
 b) O contrato é nulo por ser atípico;
 c) O contrato é nulo por não ter *nomen iuris* .

2.7. Beltruíno, de 14 anos de idade, apanhou um telefone na via pública, em 2020. Depois de anunciado, o bem não foi reclamado. Quid iuris?

- a) O acto não é juridicamente relevante;
 b) Beltruíno é menor, logo, não pode adquirir nem a posse nem a propriedade;
 c) Beltruíno adquiriu a posse e a propriedade .

2.8. Dádiva, costureira, casada com Mau Mau no regime de separação de bens, apercebe-se que Mau vendeu a máquina de costura que este herdara de sua avó. Dádiva, perdeu o seu instrumento de trabalho. Quid iuris?

- a) Por ser bem próprio de Mau Mau, este tem o poder de administrá-lo;
 b) Trata-se de um bem comum do casal;
 c) Dádiva tem a administração do bem.

2.9. José residente no Uíge, morreu em Luanda. Quid iuris :

- a) A sucessão deve ser aberta em Luanda, local onde ocorreu o óbito;
 b) A sucessão será aberta no Uíge;

2.10. Na sucessão:

- a) Há transmissão dos direitos patrimoniais e pessoais.
 b) Há Transmissão de direitos patrimoniais ;
 c) Há transmissão de direitos pessoais.

GRUPO III

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

3.1. Suponha que é advogado da ré, nuns autos de acção declarativa em processo comum sob a ordinária, e pretende que esta seja ouvida, por sua iniciativa, pelo juiz.

António José instaurou, em 20.3.2016, uma acção declarativa com processo comum sob a forma ordinária, contra Francisco Mendes, pedindo a condenação deste a pagar-lhe o montante de AKZ 5.000.000,00, acrescida de juros de mora vencidos, no valor de AKZ1.000.000,00. Citado o Réu, veio este contestar, pronunciando-se pela improcedência total da acção.

Após saneamento e condenação, foi, em 12 de Setembro de 2016, dado conhecimento nos autos da morte do Autor, ocorrida no dia 1 de Setembro de 2016.

Por despacho proferido no dia 30 de Setembro de 2016, foram declarados suspensos os termos do processo, tendo as partes sido notificadas nessa mesma data.

A 6 de Outubro de 2017, foi proferido despacho a declarar interrompida a instância, tendo desse despacho sido notificadas as partes no dia 10 de Outubro de 2017.

Em 10 de Maio 2020, veio Eduarda José, viúva do falecido Autor, requerer a sua habilitação e dos cinco filhos do casal como herdeiros daquele, para assim prosseguirem a acção. Poderia fazê-lo?

- a) Sim. Pois que, a deserção da instância não ocorre nem opera automaticamente pelo simples decurso do prazo, mas tão-só através de despacho que a decreta e da respectiva notificação às partes;
- b) Sim. Pois que, somente após a notificação às partes do despacho que declare a interrupção da instância se inicia a contagem do prazo de cinco anos para que, uma vez decorrido ocorra a deserção da instância
- c) Não. Pois que, habilitação de herdeiros requerida é extemporânea por ter ocorrido a deserção da instância.
- d) Não. Pois que, após a notificação às partes do despacho que declare a interrupção da instância inicia-se a contagem do prazo de três anos para que ocorra a deserção da instância

3.2. Ana Silva intentou, no dia 3 de Dezembro de 2021, uma acção declarativa de condenação em processo comum sob a forma ordinária contra Maria do Carmo, cuja causa de pedir assentou no incumprimento de um contrato de mútuo celebrado entre as partes.

A ré foi citada no dia 17 de Dezembro de 2021.

Quando terminou o prazo para apresentação da contestação?

- a) No dia 5 de Janeiro de 2022
- b) No dia 6 de Janeiro de 2022
- c) No dia 28 de Fevereiro de 2022
- d) No dia 1 de Março de 2022
- e) No dia 2 de Março de 2022

3.3. A compensação traduz-se:

- a) Numa excepção dilatória
- b) Numa excepção peremptória.
- c) Numa defesa por impugnação.
- d) Num pedido reconvenção.
- e) A sua qualificação depende do valor peticionado.

3.4. Suponha que é advogado da ré, nuns autos de acção declarativa em processo comum sob a ordinária, e pretende que esta seja ouvida, por sua iniciativa, pelo juiz.

- a) Poderá fazê-lo requerendo depoimento de parte.
- b) Poderá fazê-lo arrolando-a como testemunha.
- c) Poderá fazê-lo indicando-a como perito.
- d) Não poderá fazê-lo

3.5. Numa acção de reivindicação de propriedade pode o réu-reconvinte peticionar, com fundamento na violação do seu direito de preferir, a anulação da venda e o reconhecimento do seu direito de preferir

- a) Sim, visto que a reconvenção é sempre admissível.
- b) Sim, porque o juízo sobre o direito de preferir depende da procedência do pedido de anulação da venda
- c) Não, por constituírem pedidos substancialmente incompatíveis.
- d) Não, porque apenas pode pedir em reconvenção o reconhecimento do direito de propriedade.

3.6. "Na oposição por embargos o arrestado pode sempre alegar que o arresto não devia ter sido decretado por não estarem verificados os requisitos legais."

A afirmação precedente é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

3.7. No autos da acção declarativa em processo comum sob a forma ordinária, notificadas as partes para os termos do n.º 1 do artigo 512.º, o réu apresentou tempestivamente o rol de testemunhas, tendo arrolado 10 testemunhas, identificando-as apenas pelos nomes.

Designada data para audiência de discussão e julgamento, 5 dias antes da data indicada para realização da mencionada audiência o réu requereu a substituição de três testemunhas e o aditamento de mais cinco testemunhas. Pode fazê-lo?

- a) Pode apenas requerer a substituição das três testemunhas.
- b) Pode apenas requerer o aditamento de mais cinco testemunhas.

- c) Pode requerer tanto a substituição como o aditamento.
 d) Não pode requerer nem a substituição de testemunhas nem o aditamento.

3.8. Nuns autos de acção declarativa, em processo comum, sob a forma ordinária, as partes juntaram uma transacção aos autos depois de ter sido proferida a sentença, mas ainda antes de o mesmo ter transitado em julgado.

Poderiam fazê-lo?

- a) Não. Com a prolação da sentença esgota-se o seu poder jurisdicional, não podendo ser apreciada a transacção.
 b) Sim. Pois que, às partes é admissível transigir em qualquer estado do processo.
 c) Sim, desde que o seja antes do trânsito em julgado da sentença.

3.9. Nos autos de acção declarativa constitutiva em processo comum sob a forma ordinária, foi prolatada sentença no dia 18 de Abril de 2022, tendo a acção sido julgada improcedente. As partes foram notificadas da decisão no dia 21 de Abril de 2022.

O autor pediu esclarecimento da sentença mediante requerimento apresentado no dia 22 de Abril de 2022.

No dia 26 de Abril de 2022 as partes foram notificadas do despacho que recai sobre a esclarecimento, indeferindo-a.

Pretendendo o autor recorrer da sentença, quando termina o prazo para o fazer?

- a) No dia 26 de Abril de 2022.
 b) No dia 28 de Abril de 2022.
 c) No dia 29 de Abril de 2022.
 d) No dia 3 de Maio de 2022.
 e) No dia 4 de Maio de 2022.

3.10. Nos autos do procedimento cautelar não especificado, intentado por Carlos Cunha contra Mafalda Pinho, no dia 10 de Março de 2022 deferido o pedido de intervenção principal de Francisco Santos, deduzido pelo requerido.

No dia 15 de Março o juiz substituto do juiz natural entendeu que dada a natureza dos procedimentos cautelares não é admissível a dedução de incidentes que acarretem a modificação subjectiva da instância, tendo revogado o despacho que o tinha admitido e proferido outro em substituição que não admitiu a intervenção principal suscitada.

As partes foram notificadas do primeiro despacho no dia 12 de Abril de 2022 e do segundo despacho no dia 23 de Março de 2022.

No dia 27 de Abril o processo foi concluso ao juiz natural, recém regressado das férias.

Qual dos despachos prevalece?

- a) O despacho proferido no dia 10 de Março porque foi proferido em primeiro lugar.
 b) O despacho proferido no dia 15 de Março porque foi o último a ser proferido.
 c) O despacho proferido no dia 10 de Março porque foi proferido pelo juiz natural.
 d) O despacho proferido no dia 10 de Março porque foi o que primeiro transitou em julgado.
 e) O despacho proferido no dia 15 de Março porque foi o que primeiro transitou em julgado.

GRUPO IV QUESTÕES DE DIREITO PENAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

4.1. O Princípio da Legalidade rege:

- a) A aplicação de penas
 b) A aplicação de penas e de medidas de segurança
 c) A aplicação de medidas de segurança

4.2. A lei penal angolana é aplicável a factos ocorridos fora do território nacional.

- a) Parcialmente verdadeiro
 b) Falso
 c) Verdadeiro

4.3. Os crimes cometidos por omissão são involuntários.

- a) Parcialmente verdadeiro
x b) Falso
c) Verdadeiro

4.4. A tentativa:

- a) É sempre punível
 b) É, em certas circunstâncias, punível
 c) Nunca é punível

4.5. As causas de exclusão da ilicitude e as causas de exclusão da culpa:

- a) São circunstâncias diferentes que provocam, a final, a mesma consequência
 b) São circunstâncias diferentes que provocam, a final, consequências diferentes
 c) São circunstâncias idênticas que provocam, a final, as mesmas consequências

4.6. Em caso de comparticipação criminoso:

- a) As penas transmitem-se de um agente a outro(s)
 b) As penas não se transmitem de um agente a outro(s)
 c) As penas por vezes transmitem-se de um agente a outro(s)

4.7. "Em Direito Penal não há responsabilidade sem dolo ou negligência".

- a) Correcto
 b) Incorrecto
 c) Parcialmente correcto

4.8. Entre nós, em caso algum a pena pode exceder o limite máximo de 25 anos.

- a) Correcto
 b) Incorrecto
 c) Parcialmente correcto

4.9. O Tribunal pode declarar o arguido culpado, mas não aplicar qualquer pena.

- a) Correcto
 b) Incorrecto
 c) Parcialmente correcto

4.10. Pela prática de factos típicos e ilícitos perdem-se:

- a) Os produtos e vantagens
 b) As vantagens e instrumentos
 c) Os instrumentos, produtos e vantagens

GRUPO V

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

5.1. Na fase de Instrução Preparatória, compete ao juiz?

- a) Dirigir e realizar a instrução preparatória.
 b) Acompanhar as buscas competentemente autorizadas.
 c) Proceder ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido.

5.2. Na administração da Justiça Penal, os Tribunais e Juizes obedecem exclusivamente:

- a) À Constituição e à Lei ;
 b) Aos usos e costumes;
 c) As determinações das autoridades administrativas competentes.

5.3. A medida coacção pessoal de Interdição de Saída do País aplica-se?

- a) quando ao arguido é imputado crime aplicável pena de prisão com limite máximo superior a 3 anos
 b) quando ao arguido é imputado crime aplicável pena de prisão com limite máximo superior a 2 anos
 c) quando ao arguido é imputável crime aplicável pena de prisão com limite máximo superior a 1ano

5.4. Em processo penal são medidas de coacção pessoal:

- a) A Caução Económica;
 b) A Apresentação Periódica às Autoridades;
 c) O Arresto Preventivo.

5.5. Dentre as formas de processo penal abaixo referidas, indique qual deles é comum:

- a) Processo sumário, abreviado, de contravenções;
 b) O processo comum de julgamento em 1.ª instância no Tribunal Supremo;
 c) O processo comum.

5.6. A Instrução Contraditória tem por finalidade:

- a) Uma decisão judicial que confirme o Despacho de Pronúncia.
 b) Uma decisão judicial que confirme ou infirme o Despacho de Acusação.
 c) Uma decisão judicial que confirme a conformidade do Julgamento.

5.7. O requerimento de Abertura de Instrução Contraditória só pode ser rejeitado:

- a) Se não tiver os factos objecto de instrução constantes na Acusação.
 b) Se não indicar os respectivos meios de prova.
 c) Se o juiz for incompetente.

5.8. A Audiencia Preliminar Contraditória tem por finalidade?

- a) A discussão para a prova dos indícios conducentes à dedução do Despacho da Acusação.
 b) O apuramento dos indícios para a absolvição do Réu.
 c) O apuramento dos indícios para submissão do arguido a julgamento.

5.9. Indique qual das situações ou descrições abaixo constitui direito das testemunhas:

- a) Apresentar-se na hora e local designados, às autoridades que, nos termos da lei tiverem notificado ou convocado, mantendo-se à sua disposição enquanto não forem dispensadas;
 b) Responder com verdade às perguntas que lhe forem feitas;
 c) Ditar para acta o depoimento que prestarem.

5.10. Qual é o prazo de interposição de recurso ordinário em processo penal?

- a) 10 (dez) dias
 b) 15 (quinze) dias
 c) 20 (vinte) dias

GRUPO VI

QUESTÕES DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL DA ADVOCACIA (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

6.1. Nos deveres do advogado infra indicados, assinale o que se reporta à comunidade:

- a) Observar os costumes e praxes profissionais
 b) Recusar o patrocínio de questões que considere manifestamente injustas
 c) Actuar com lealdade, não obter vantagens ilegítimas ou indevidas para os seus constituintes ou clientes

6.2. Indique qual o dever que se refere ao cliente nos deveres do Advogado abaixo indicados:

- a) Recusar mandato contra quem noutra causa seja seu mandante
 b) Não contactar nem manter relações, mesmo por escrito, com a parte contrária representada por advogado, salvo se previamente autorizado por este.
 Não se pronunciar sobre questões que saibam confiadas a outro ou a outros advogados, salvo na presença deste ou destes, ou com o seu acordo

6.3. Na fixação dos honorários o advogado deve?

- a) Proceder com urbanidade
 b) Atender as suas necessidades financeiras
 c) Atender ao tempo gasto ou despendido e dificuldade do assunto

6.4. A repartição ou distribuição de honorários entre advogados deve ocorrer ou se verificar

- a) Uma estreita relação de amizade entre os advogados
 b) Uma necessidade premente financeira por parte de um Advogado
 c) Uma colaboração jurídica

6.5. Constitui obrigação dos advogados e advogados estagiários, quando pleitem oralmente?

- a) Usar traje - batina
 b) Usar traje - beca
 c) Uso traje - toga

6.6 Sendo a Advocacia uma profissão, compete ao Estado enquanto pessoa colectiva de múltiplos fins:

- a) A regulação e disciplina do exercício das profissões e, no caso, da advocacia e deontologia
 b) A regulação e disciplina do exercício das profissões e, no caso, da advocacia
 c) A regulação e disciplina do exercício das profissões e, no caso, da advocacia e da profissão.

6.7 É um dado adquirido que a Ordem dos Advogados tem natureza de:

- a) Associação privada de interesse profissional e prossegue um interesse público;
 b) Associação pública de interesse profissional e prossegue um interesse público
 c) Associação privada de interesse profissional e prossegue um interesse público e colectivo.

6.8 A independência do Advogado é:

- a) Uma exigência da sociedade e do Estado de Direito;
 b) Uma exigência do Estado de Direito;
 c) Uma exigência do Estado de Direito e Democrático.

6.9 O Advogado deve, no exercício da profissão e fora dela, considerar-se:

- a) Um servidor da justiça e do Direito;
 b) Um servidor dos cidadãos e do Direito;
 c) Um servidor da sociedade, da justiça e do Direito.

6.10 A independência do advogado proíbe-os de exercer outras profissões ou actividades que:

- a) A limitem ou que se mostrem compatíveis com o exercício da advocacia;
 b) A isentem ou que se mostrem incompatíveis com o exercício da advocacia;
 c) A limitem ou que se mostrem incompatíveis com o exercício da advocacia.